



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

VIOLÊNCIA NAS UNIVERSIDADES: desacATOS?

Cleildes Marques de Santana (CEHU – UFOB / cleildes.santana@ufob.edu.br); Camilla Borges (CEHU – UFOB / camillaborges246@gmail.com) ; Clayton Rodrigues (CEHU – UFOB / pretomisturado@gmail.com) ; José Diego Souza (CEHU – UFOB / diegomalaquias56@gmail.com)

No Brasil, “novos” conteúdos de violências, manifestos ou silenciados, vem ocorrendo nas universidades e no sistema social, em geral. Objetiva-se analisar a interface e capilaridade no ambiente acadêmico e social considerando a perspectiva interseccional que demarcam, revelam, articulam e espelham não somente as formas de violências, bem como de resistências, estratégias e enfrentamentos construídos. O universo da pesquisa é constituído por fatos ocorridos em algumas universidades no Brasil, pós – golpe de 2016 (PUC - SP; ESALC – SP ; UFOB; UFPE; UFBA; UFRB; UFPA; UDESC; UFRGS, UFSC, IFSC, UFPR, UFMG e UFMT) considerando os diversos atores e instâncias envolvidas (MPF; Justiça Federal, Ouvidorias, Grupos de apoio e ativismos, etc.) coletados no âmbito de estudos e pesquisas do Grupo de Pesquisas, Resistências e Estudos Anti – Violências Contemporâneas (GPreto: Ousa quem fala!) vinculado ao CEHU (Centro das Humanidades) da UFOB (Universidade Federal do Oeste da Bahia) - Campus Barreiras – Bahia, bem como de projeto de pesquisa sobre o tema (PIBIC – UFOB – CNPQ / 2018). Objetivamos identificar o ciclo de violências, formas de publicização das denúncias, estratégias de resistências e enfrentamento, etc, bem como problematizar e evidenciar, de um lado, para decorrências profissionais, sociais e políticas resultantes deste processo para aqueles que ousam falar e são “vitimados” ou re-existentes no cenário acadêmico e político da sociedade contemporânea, e de outro, para os limites e falência da Democracia moderna.

Palavras – Chave: Violências; Educação Superior; Governamentalidade

Introdução

No contexto da realidade brasileira, vivemos um estado de exceção em contraponto ao estado democrático de direito onde tem sido recorrente na maioria das mídias a publicização cotidiana de fatos, formas e modulações de violências de várias naturezas, particularmente agravado com o golpe de 2016 em razão da destituição da presidenta Dilma Rousseff. Não podemos esquecer as várias modulações de violências, amplificadas sobretudo com a recente eleição do então presidente da república, capitão da reserva, em outubro do presente ano.

Estas formas de violências, como dito, têm sido recorrentes nos seus diversos e “novos” formatos, como também ganhado novos espaços de publicização e difusão, a exemplo das inúmeras redes digitais sociais, que configura um novo espaço público, para alguns mais violento, mais polarizado, dogmático ou simplesmente um novo veículo de comunicação de massa; auto - comunicação ou uma nova forma de participação (Castells:2001; Di Felice: 2017; Veloso: 2018).

Nosso objetivo é desvelar nesta configuração as violências ocorridas no âmbito acadêmico à luz da perspectiva



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

interseccional, focalizando por um lado, a interface entre aquelas manifestas / espetacularizadas ou àquelas “silenciadas”/ silenciosas, seja envolvendo os vários membros das comunidades acadêmicas das várias instituições federais de ensino e educação superior no Brasil onde ocorreram exemplos de assédios, coerção, violência física, desqualificação intelectual, perseguição, agressão moral e psicológica, etc identificados em nossa pesquisa, e de outro, como sinalizam para diversas nuances onde se articulam e espelham formas de controle, poder e anuência aos ditames de vários poderes contemporâneos (Estado, MPF, Grandes produtores locais, milícias, etc).

O uso e alusão interrogativa ao termo desacATOS, em nosso subtítulo, sinaliza por um lado, para as modulações de violências seja nos âmbitos do binômio dos espaços: público / privado; real / digital, e de outro para a discussão saber – poder, enquanto perspectiva teórica – metodológica. Este percurso dar – se – á usando o recurso do ciclo de violências que contempla os contextos sócio-políticos de ocorrências dos fatos; o escopo de sua publicização e desdobramentos, bem como as estratégias de atuação, resistências e enfrentamento, etc dos diversos atores envolvidos. Na forma de síntese, apontaremos as decorrências profissionais, sociais e políticas resultantes deste processo

para aqueles que ousam falar e são “vitimados” ou re-existentes no cenário acadêmico e político da sociedade contemporânea, e de outro, para os limites e falência da Democracia moderna. A pergunta fio condutor desta pesquisa encontra -se lastreada pela seguinte reflexão: Se tais eventos, atravessados por questões de natureza a priori macro (políticas, jurídicas, etc), instalam-se em práticas cotidianas não só do ambiente acadêmico e atingem várias dimensões do indivíduo enquanto encaminhamentos e instrumentos de controle social, quais e onde estão as brechas, nichos e possibilidades de mudança e ruptura com esta configuração?

METODOLOGIA

Os princípios que subsidiaram, metodologicamente, as atividades desta reflexão teve como fundamento a ideia de que as práticas de violências e encaminhamentos materializados nas organizações (real e digital) devem ser captados e apreendidos à luz de uma perspectiva crítica e reflexiva, ou seja, considerando a perspectiva metodológica genealógica, enquanto recurso que permitirá desvelar os formatos e modulações de violências como tramas de diversos discursos que se formam / transformam , revelando as redes da relação Saber – Poder.

No que concerne ao “garimpo” dos dados, optamos pelo levantamento de



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero.

informações na internet (blogs, sítios, redes sociais, etc) a partir de 2016, mas não exclusivamente, bem como recorremos a pesquisa documental organizacional (sites oficiais; anuários, relatórios de ouvidorias, dossiês, banco de dados, documentos institucionais – processos, sindicâncias, etc ; narrativas dos principais envolvidos ou voluntários, etc) que revelam dentre outras questões a interface das questões micro e macro estruturais que envolvem e subsidiam esta problemática das formas de violências nos diversos segmentos organizacionais investigados.

Cabe destacar, que no âmbito da pesquisa documental, incluímos e aceitamos relatos ou contribuições anônimas, ou não, de voluntários (oral, documental e presencial) por considerar relevante algumas das principais dificuldades de quem vivencia eventos de violências, já que contempla: dor, a solidão, o medo, protesto, etc. Acreditamos que trata -se de:

(...) ferramentas não estruturadas, que visa a profundidade, de aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional. (..) visa encorajar e estimular o sujeito entrevistado (informante) a contar algo sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social. (Bauer: 2002)

No âmbito da universidade, isto não é diferente, já que são recorrentes, ainda, as práticas de trotes, bullying, assédios, racismos, suicídios, etc o conjunto mais amplo

de fatos relacionados a violência que ou são silenciados ou ganham formatos encaminhamentos e resoluções que precisam ser problematizadas (Akerman, M. et al: 2014). Conforme, outros estudos:

O registro e a difusão dos crimes violentos como o roubo/latrocínio e estupro no interior das universidades brasileiras, que até então tinham como expoente principal episódios, em geral, vinculados aos trotes homofóbicos/machistas, trouxeram para esses espaços o debate sobre a necessidade, a função e os limites da prevenção, do controle e da punição. O que era sempre um objeto de problematização externo, a violência na sociedade, passou também a ser vivido como um problema interno nas universidades. (Oliveira: 2015)

Portanto, não buscaremos aqui criar ou sinalizar para princípios punitivos, de controle, tipologia ou tipificação que enquadrem as formas de violências, via perspectivas macroestruturais, considerando o aumento e índices de criminalidades como fundamentos destas, nem tampouco fazer uso de abordagens bio -clínico – psicológicas. Problematizamos sobretudo, por um lado, a reprodução e materialização, por via institucional, dos mesmos mecanismos encontrados e materializados no ambiente da sociedade em geral, ou seja, o espelhamento quase que imediato em algumas situações dos encaminhamentos similares de instituições extra – acadêmicas, ou ainda um *modus operandi*, particular, destas instituições que resultam em leis e dinâmicas próprias, desconectadas de princípios éticos universais



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

do campo do direitos humanos, ou seja, é na síntese desta problematização que buscamos desvelarmos as estruturas de dominação entre os que “querem manter privilégios e os que se rebelam contra a opressão” (MINAYO e SOUZA, 1998). Assim, a análise documental constituiu uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (Ludke e André, 1986).

É no âmbito desta configuração que buscamos identificar os casos ocorridos nas universidades brasileiras a partir do golpe de 2016. Consideramos, portanto, como condição *sine qua non* para a sua operacionalidade a correlação entre histórias de vida e contexto situacional, haja vista que os casos, fatos ou eventos a serem investigados encontram-se ou ocorreram em diferentes ambientes da sociedade (real e digital)

Destacamos ainda, considerando que teoria e metodologia caminham juntas, inseparáveis e capazes de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática (Minayo, pag.17) a necessidade de incorporar-se à pesquisa, por extensão, a questão do “fenômeno do silêncio”, seja o silêncio motivado pela ausência de dados e informações coletados pelas fontes e (b) o silêncio motivado pelo impedimento de que os dados e informações coletados sejam

divulgados publicamente (Cruz; Miller: 2017), em consonância ainda com a proposta de Feyerabend (1989) quando assinala a importância de violar e transcender a regras e adota-las como regra oposta, ou seja, se o silêncio tem sido a marca, indelével, nas práticas de violências, então que à luz dos fundamentos e estratégias desta pesquisa torne-se elementos fundantes de reflexão e ação desta problemática para o entendimento das estratégias de resistências e enfrentamentos construídas por diversos autores.

Operacionalmente, realizamos as seguintes estratégias: Em um primeiro momento realizamos o garimpo da produção jornalística ou organizacional dos fatos; Em seguida, a compilação de documentos institucionais das organizações tendo como propósito sistematizá-los considerando os seguintes dados: Ano; Região; Organização – Lugar - Acontecimento, materialidade dos enunciados, que marca a especificidade da análise discursiva nas redes digitais sociais e mecanismos de denúncias; Publicidade do fato; Desdobramentos; Estratégias de resistências e enfrentamentos, seja via sindicatos ou associações ou grupos de amigos tendo como propósito a reconstrução da cronologia dos fatos e por resultante evidenciar o ciclo de violências no cotidiano real / virtual. (SUÁREZ: 2008)



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

A análise dos conteúdos e materiais coletados tiveram como suporte a análise do discurso e de conteúdo, que permitiu apontar também, de maneira analítica, como os atores, organizações e outras instâncias atuam como fonte reprodutora de mecanismos encontrados em esferas e instâncias extra – acadêmicas (GREGOLIN: 1995).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo fontes da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, em abril deste ano, foram encaminhados 63 ofícios a universidades no Brasil solicitando informações sobre seu conteúdo; critérios de implementação e órgão responsável por acompanhar e “monitorar” as políticas de ações afirmativas implementadas no âmbito das universidades. Cabe fazer dois registros: a) O grupo de acompanhamento e monitoramento foi criado em março de 2018, é integrado por representantes do MPF, b). Uma docente do Ceará, da escola de educação infantil e fundamental Tarcila Cruz de Alencar, foi afastada de sala de aula de acordo com denúncia após sofrer retaliação por ter ministrado aula sobre o tema “ Patrimônio material, imaterial e natural de matriz africana, agora em abril. (In: Site do MPF. Procuradoria Geral da república. 09 de maio de 2018).

Para exemplificação de outras dificuldades de materialização do tema através

de pesquisas no ambiente acadêmico ressaltamos a seguinte preocupação: Inicialmente elaboramos um projeto de pesquisa no âmbito do Centro de Humanidades da UFOB, em 2016. Posteriormente, agregamos outras pessoas (docentes e discentes) em torno da presente reflexão e solicitamos a criação de um grupo de pesquisa sobre o tema no âmbito da universidade e registro no CNPQ. Mesmo sem a certificação oficial do grupo de pesquisa Gpreto: Ousa, quem fala! no momento de inscrição de projetos de pesquisa do PIBIC 2018, concorremos a seleção e obtivemos não só aprovação de projeto de pesquisa tendo como recorte as violências acadêmicas na região Oeste, como também 01 bolsa de Iniciação científica. Considerando um conjunto de fatos ocorridos durante este processo de registro e certificação entendemos como necessária, em um outro momento, realizarmos uma reflexão crítica e aprofundada sobre os procedimentos burocráticos vis a vis de princípios “operacionais”, cerceamento e represamento institucional para legitimar atividades de pesquisas desta natureza.

Sendo assim, os dados da pesquisa em tela são resultantes da pesquisa iniciada em 2016, bem como dos primeiros resultados coletados no âmbito do projeto do Pibic 2018, em curso. Inicialmente, optamos por apresentar os fatos que ensejou a escrita deste



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

artigo, tendo como foco os seguintes cenários abaixo. Estes fatos foram arrolados via pesquisa online, pesquisa documental, etc dos quais elencamos aqueles que sinalizam para a possibilidade e efetividade do exercício da interseccionalidade e que permitem desvelar o ciclo de violência, que nos parece significativos da discussão pretendida:

a) Cenário I - O golpe de 2016 e o assombro das conduções coercitivas como pau de arara da Democracia.

“(...) a luta por direito é luta pela vida. E a vida livre ultrapassa as leis e os tribunais, porque esteve e estará antes, durante e depois deles. Não está abaixo ou acima: a vida livre está fora. As regras são móveis e voltadas para a liberdade quando dispensadas de recompensas e punições” (Passeti: 2017)

No mosaico dos fatos ocorridos em 2016, destacamos inicialmente o caso que envolveu o Prof. Edison Passeti, na PUC – SP, onde o mesmo foi indiciado por conta da denúncia de uma outra docente sobre o uso de cigarro, álcool e tratamento não cordial no ambiente acadêmico, durante o lançamento do livro Heliana Conde – Ensaio sobre Michel Foucault no Brasil. Conforme relato do professor, este recebeu notificação em sua residência para comparecer em oitiva por conta da abertura de um PAD encaminhado pela Reitora da época, Anna Cintra. Conforme os fatos apurados o referido docente só foi notificado após 02 meses de abertura dos trabalhos, tendo sido notificado inclusive após a oitiva de testemunhas, sem ter-lhes ofertado

participar com a presença de um advogado. Identificamos neste caso, um conjunto expressivo de irregularidades de encaminhamentos institucionais, a exemplo de ausência de comunicação formal do fato ao ator principal; zum zum e publicização antecipada e indevida do desfecho do PAD na rádio – corredor; divulgação de documentos anônimos e apócrifos, etc conforme a peça de Alegações finais do referido processo. Neste se aponta algumas questões sobre a arbitrariedade do fato; suas inconsistências; a trajetória do “acusado”; os termos da acusação (assédio moral, fazer uso de álcool e tabaco no ambiente acadêmico), bem como o depoimento do “acusado” que descredencia detalhadamente os conteúdos das testemunhas ouvidas. (SCHECAIRA, Sergio Salomão. Alegações finais. In: revista Ecopolítica. Janeiro de 2017).

Em outro documento, o próprio “acusado” relata detalhadamente todos os trâmites do processo desde o recebimento da notificação onde aponta inclusive que foi retirado do processo as calúnias sobre ao uso de cigarros e bebidas alcoólicas do referido processo. Dedicar-se de maneira brilhante a questionar e questionar-se no âmbito acadêmico, seja por conta de suas preferências políticas, ou formas de “ver” o mundo; da tentativa via este processo em transforma-lo como “exemplo” de punição exemplar enquanto decisão política, do qual ressaltamos:



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

“Passei a ser um professor – pesquisador dispensável depois de 40 anos, por que sou caro; porque alguns me acham um incomodo; porque não me calo e exponho racionalidade e paixões; ou porque faço parte de um imponderável pacote de revanches? (In: O que eu faço aqui ? Passeti: 2016)

Finaliza apontando os sabores e dissabores da vida na universidade, das contradições e diversidade inerente e o seu lugar nesta:

“A vida na universidade pode ser e é contraditória, mas quando nela se esquece o bom senso, pode -se descambar para insensatez e estupidez. Não sou o que me acusam. Meu sangue é de doador universal, mas meu trabalho nunca foi e nem será denegrido, mais usurpado, e muito menos minhas atitudes e condutas. Não estou disponível a ser enquadrado como degenerado ou degradado” (Ibidem)

Durante este processo encontramos diversas, inúmeras manifestações de apoio de colegas, docentes e discentes, individualmente do professor; de associações acadêmicas e agremiações sindicais; petição online pedindo o arquivamento do processo, instituições periódicas e acadêmicas que suspenderam suas publicações até que o caso foi finalizado, etc enfim posicionamentos que revelam não só a inconsistência do fato, mas sobretudo a polidez de caráter do referido professor. É sabido que o processo foi encerrado 09 meses depois, exatamente em outubro de 2017, sem nenhuma penalidade como previa, a saber, a exoneração do professor.

Um segundo rol de fatos envolveu universidades no sul do Brasil, particularmente

a UFRGS e a Unisinos, com operações da Polícia Federal para averiguar desvios de valores em programas de pós-graduação e bolsas de pesquisas. Intitulada Operação PHD, supostamente consistia na inclusão de bolsistas sem qualquer vínculo com as universidades e posteriormente repassado para os integrantes e coordenadores dos programas de pós-graduação. Na mídia televisiva e online, foi possível acompanhar todo o espetáculo desta operação, onde foram presos três professores e servidores da UFRGS e uma professora da Unisinos.

Cabe ressaltar que estas operações inauguraram o primeiro conjunto de ações de ataques as universidades, neste período. Em todas as ações realizadas destaque - se para o uso abusivo das conduções coercitivas dos supostos “acusados “; e por resultante o espetáculo midiático em torno destas operações para “mostrar” trabalho a população, se encaixando na “onda geral de que temos que combater a corrupção a qualquer custo “ ou como afirmou Singer, (...) uma ação orquestrada e arbitrária, usando os mecanismos de exceção abertos pela conjuntura política, no sentido de desmontar e desmoralizar o ensino superior no Brasil. (El Pais: 2016).

Um terceiro rol de fatos relacionados ao tema, tem como foco a Universidade Federal do Oeste da Bahia. Considerando em



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

alguma medida, a acessibilidade a documentos, informações e mesmo a vivência em alguns destes, foi possível arrolar um conjunto quanti qualitativo significativo destes. Cabe ressaltar que a UFOB é uma universidade resultante do desmembramento da UFBA. Criado em 2006, como unidade da UFBA e denominada ICADS – Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável – foi desmembrada em 2015, ganhando projeção e reconfiguração numérica e relevante quanto ao número de serviços e cursos oferecidos. Identificamos, além dos eventos de violências, um conjunto de ações desastrosas, seja do ponto de vista procedimental, tanto quanto pela enorme complexidade, tendo em vista que envolvem: ameaça pública; agressão física, desqualificação intelectual e moral. A título de descrição e conhecimento compilamos os seguintes casos:

- **Caso 01:** Ameaça de morte, pública, por integrantes da tropa da PM e discentes aos discentes e 03 docentes da UFOB, dentro do campus Prainha - Barreiras;
- **Caso 02:** Alunos dos cursos de Engenharia civil e Medicina protagonizaram trotes violentos do ponto de vista discursivo e em sua materialidade: criaram um texto, no formato de juramento contendo frases preconceituosas e machistas, bem como obrigavam os alunos a se colocarem na condição de escravos;
- **Caso 03:** Aluno do curso do BI de Humanidades, além de desqualificar moral e intelectualmente uma docente, tenta agredi-la, publicamente, fisicamente, nas

dependências da UFOB em decorrência de problemas no sistema online de visualização de notas finais que estava off-line.

- **Caso 04:** Aluno do curso do BI de Humanidades e integrante da PM – Barreiras tenta agredir verbalmente docentes e discentes em Praça Pública em atividade acadêmica Contra a Cultura do estupro.
- **Caso 05:** Aluno do curso do BI de Humanidades e integrante da PM – Barreiras desqualifica publicamente em auditório da UFOB, com xingamentos e palavras de baixo calão, docentes e discentes em atividades preparatórias do PPC do curso de BI de Humanidades.
- **Caso 06:** Aluno do curso do BI de Humanidades e integrante da PM – Barreiras agride fisicamente 03 estudantes, publicamente, em auditório da UFOB em assembleia estudantil durante a votação da PEC 241 - 55.
- **Caso 07:** Aluno do curso de Medicina da UFOB e integrante da PM – Barreiras agride fisicamente estudantes; desqualifica e ameaça docente em ato público contra a PEC 241 – 55.
- **Caso 08:** Docente é indiciado sob acusação de “falta de urbanidade” ;

Como dito anteriormente, não só a quantidade, mas a complexidade dos eventos encontrados obriga – nos, pela exiguidade do espaço, a destacar os eventos que merecem maior atenção; reúnem maior números de fontes e desdobramentos. Neste sentido, ressaltamos os casos de número: 01, 03, 06 e 07

O evento 01, foi retratado por docentes envolvidos na lista de e-mail da universidade. Segundo estes, professores docentes de cursos noturnos, avistaram a presença da viatura da polícia militar no interior do campus. Se



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

aproximaram dos integrantes desta e solicitaram informações de qual motivo estariam dentro do campus. Segundo estes docentes, além das palavras de baixo calão proferidas pelos PM's, ouviram de maneira direta que (...) *após a ponte não era mais área federal*", em alusão ao fato de uma ponte separa o terreno e espaço da universidade, área federal, dos limites da cidade. Após o evento, estes docentes fizeram a denúncia na lista docente cobrando respostas ao fato. Alguns dias passados, recebemos nesta mesma lista docente um documento assinado pela PG da universidade sobre a presença da polícia nos campi nas universidades. Pelo teor e entendimento do conteúdo deste, particularmente dos casos arrolados no estudo, entende-se que haveria legitimidade para a presença destes PM's nos campi. Quando cobrados sobre o sentido deste documento e sua relação com o evento ocorrido na universidade, recebemos como resposta de que tratava-se de um estudo "genérico" enviado inadequadamente para a referida lista docente. Ainda hoje, é possível encontrar PM's ou viaturas no interior do campus, sem qualquer medida efetiva ou pública, a exemplo do ocorrido e denunciado no último dia 31 de outubro de 2018 às instancias responsáveis e que não obtivemos resposta.

O caso de número 03, ocorreu nas dependências da universidade. Foi registrado

em áudio, com testemunhos de guardas e alunos. Imediatamente foi registrado no comitê de ética, com todos os documentos comprobatórios, inclusive registro de ocorrência policial no âmbito local, entretanto somente após 01 ano, a direção da unidade abriu sindicância que culminou em uma síntese controversa, tendo em vista que apesar de reconhecer a gravidade do fato, não indica objetivamente um encaminhamento objetivo ou esclarecedor do fato. Cabe destacar que este evento teve desdobramentos, inclusive pelo fato de que o discente recorrentemente agia de maneira similar como outros docentes que optaram pelo silêncio ou outras formas de resolução dos fatos.

Já os casos 06 e 07, agregam componentes gritantes de como a violência se instaurou no ambiente da universidade. No que se refere ao primeiro, temos como cenário a luta contra a PEC 241 e as diversas ocupações de escolas e universidades em todo país. No calor dos outros eventos da época, os discentes da UFOB decidiram por realizar uma assembleia estudantil onde decidiriam se entrariam em greve e realizariam a ocupação da universidade. Conforme pode ser visto em diversas mídias (Mídia Ninja; Facebook – Perfil IFbaocupada) durante a realização da contagem de votos favoráveis e contrários um estudante do curso de Bacharelado interdisciplinar em Humanidades e também



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

membro da corporação da polícia militar do estado, incide sobre os alunos com celular em mãos e tem início uma sequência de agressões físicas. Posteriormente foi contabilizado via perícia médica, agressão a 03 estudantes, sendo uma delas do sexo feminino. A universidade abriu sindicância e somente em 2017 aplicou a penalidade de advertência ao agressor, conforme portaria divulgada.

Igualmente ao evento anterior, é possível acessar e visualizar nas mídias digitais a agressão de policiais militares aos estudantes e docentes da UFOB em evento público e pacífico no final da luta contra a PEC 241, no centro da cidade. Distintamente do evento anterior nenhuma ação pública foi encaminhada, mesmo considerando que um dos agressores além de PM, também é estudante da UFOB.

Há que ressaltar -se que outros casos de violências silenciosas ou “silenciadas” vem ocorrendo na instituição (assédio moral; agressão física entre docentes; afastamento compulsório de docentes por conta de ameaças a sua integridade física após divulgação de resultados de pesquisas, etc), sendo necessário averiguar os procedimentos adotados, mas sobretudo as entrelinhas dos processos de sindicância, haja visto o caso de número 08, do qual o docente foi indiciado e acusado por “falta de urbanidade” e após as oitivas o referido processo foi arquivado.

b) Cenário II – O fascismo pousa nas universidades... em pleno século XXI !

“Muitas mãos invisíveis o empurraram das alturas. Mãos de quem, tendo o poder de prender sem flagrante, e de começar uma investigação pela coerção, constrangimento e prisão dos suspeitos. Não chegam a perceber que o método rustico revela a incapacidade de cumprir seus deveres e obrigações com inteligência, método e moderação” (Pronunciamento do amigo Nelson Wekedin, na cerimônia fúnebre do Reitor Luiz Cancellier que cometeu suicídio após prisão em operação da PF na UFSC: 2017)

O conjunto de eventos relativos a 2017, além de expressarem um aumento significativo de ataques às universidades, com a continuidades das operações da Polícia federal ganham contornos mais diretos no que diz respeito ao cerceamento das atividades dos docentes nas universidades. Destacamos os casos envolvendo os docentes por conta da realização de atividades acadêmicas relacionadas a movimentos sociais, particularmente do MST, do Prof. Marcos Sorretino que foi indiciado para uma oitiva numa comissão de sindicância instalada pela direção da unidade da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiros.

Conforme informações apuradas, o evento a ser realizado pelo referido professor integrava as atividades da 4ª edição da Jornada universitária em Apoio a reforma agrária. No segundo dia do evento, foi organizada uma atividade no gramado central do campus com integrantes do MST, chamado de “Lona preta”,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

entretanto foi espalhada uma notícia de que os integrantes do MST estariam organizando uma “invasão” ao campus. Apesar do desmentido pela direção da unidade, uma comissão de sindicância foi instaurada posteriormente. Nesta oitava, segundo o professor duas perguntas foram realizadas:

“ Uma das perguntas, era se havia autorização para utilizar a logomarca da ESALQ no evento, e eu falei que o laboratório que coordeno há 30 anos usa a logomarca para tudo porque é um laboratório da unidade. A 2ª. questão era se algum colegiado da unidade havia aprovado a realização das atividades. Eu disse que trabalho aqui há 30 anos e nunca precisei da autorização de um colegiado para organizar diversas atividades” (SORRENTINO, M. 2017)

Este caso também ensejou a manifestações de colegas e entidades através da realização manifestos, abaixo assinado e petições online. Encontramos também uma entrevista do referido professor que se pronuncia sobre o assunto. Dentre as questões ressaltadas, aponta que:

“(…) posso constatar que houve uma triagem ideológica. Acredito que a repercussão esteve relacionada ao movimento de retrocesso conservador da sociedade brasileira (...) para expurgar grupos e pessoas com compromissos divergentes do hegemônico”. (Fala o professor intimado pela USP. In: Blogoutraspalavras. Novembro. 2017)

É na esteira destes eventos de cerceamento, monitoramento de atividades docentes deste período que ocorrem uma sequência de operações da polícia federal nas universidades federais do Brasil. Cabe destacar, as seguintes operações:

- Em 13 de fevereiro de 2017, na ação intitulada pela PF de **“Operação Research”**, foram envolvidos mais de 180 agentes federais, cumprindo vários mandados de prisão e oito conduções coercitivas.;
- Em 14 de setembro de 2017, numa operação intitulada de **“Ouvidos moucos”** (em alusão direta à suposta falta de respostas da Universidade aos órgãos de controle) a polícia federal chegou na UFSC para cumprir sete mandados de prisão temporária e cinco de condução coercitiva. Mais de 115 policiais foram envolvidos na operação – que vieram inclusive de outros estados. Nesse caso, porém, houve um fato grave adicional: o próprio Reitor da UFSC – Luiz Cancellier de Olivo – foi preso “por obstruir investigações”. Os supostos desvios (ainda em fase de investigação e apuração) teriam ocorrido na gestão anterior a dele. Levado a um presídio, algemado, submetido à revista íntima e solto logo depois, mas impedido por ordem judicial de colocar os pés na universidade que o elegeu, Cancellier cometeu suicídio no dia 02 de outubro de 2017;
- A Polícia Federal realizou uma outra Operação, intitulada **Torre de Marfim**, para investigar supostos desvios de recursos públicos federais destinados a projetos de pesquisas. A ação envolveu cerca de 90 policiais e servidores do TCU, CGU e implicou a condução coercitiva de 20 pessoas da universidade;
- Polícia Federal (PF) desencadeou uma operação para colher provas contra uma associação criminosa formada por servidores da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), da Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba (FUNEPU) e proprietários de empresas que teriam se organizado para desvio de recursos públicos. O dinheiro foi destinado



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para aplicação no Complexo Cultura e Científico de Peirópolis. Ao todo, foram cumpridos 16 mandados judiciais, sendo sete de busca e apreensão e nove de condução coercitiva;

Sem sombra de dúvidas, foi particularmente a operação **“Ouvidos moucos”** que, infelizmente, sinalizou para um dos eventos de maior complexidade, crueldade e opulência repressiva do momento em tela. Para além, do espetáculo midiático realizado no dia da prisão do reitor Cancellier pelos agentes da Polícia federal e Ministério público com direito a anúncio em sua página do Facebook, seguida por 2,7 milhões de pessoas e duas *hashtags* para festejar sua atuação: #euconfionapf e #issoaquiépf, os relatos e pormenores sobre a prisão do reitor e posteriormente seu suicídio são exemplos de uma sucessão de arbitrariedades. Conforme consta a denúncia sobre o suposto desvio partiu do corregedor da UFSC e a operação foi comandada pela delegada Erika Marena.

Segundo a própria PF foram mobilizados 115 policiais para prender o reitor e 6 professores. Após ser levado para depor o reitor foi levado, como se condenado, para a penitenciária de Florianópolis. Teve os pés acorrentados, as mãos algemadas, foi submetido, nu, a revista íntima, vestiu o uniforme laranja de presidiário e ficou em uma

cela na ala de segurança máxima. (In: Carta capital, novembro de 2017).

Após o suicídio do reitor Cancellier um conjunto significativo de menções ao caráter do reitor e críticas as ações da PF e MPF foram proferidas, bem como menções de docentes, alunos, organizações sindicais, etc.

Ao final deste período, um outro conjunto de eventos começam a despontar na cena nacional, bastantes ilustrativos do que ainda está em construção, infelizmente, a saber: Ameaças a docentes e discentes por conta da realização de atividades acadêmicas relacionadas a temas como: Gênero, LGBTQ; Sexualidade, etc, ou seja, o pior está por vir!

“A sombra da morte ronda os corpos livres, as mentes livres, as práticas de liberdade” (Editorial da Revista Hypomnemata. Nu – sol. Outubro. 2018)

Não somente sob os auspícios de tentativas de proibições de cursos sobre o golpe de 2016 nas universidades, este ano foi marcado pela realização das eleições para presidente, mas sobretudo pelo volume de eventos de violências dentro e fora das universidades. Os ataques as universidades ganham outros atores, a exemplo dos agentes da justiça e TRE’s que invadem salas de aulas, intimidam docentes, etc. São pululantes, mas não difusos os “novos” ataques aos membros da comunidade acadêmica e sociedade em geral.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Identificamos e compilamos vários casos em várias universidades, a título de exemplo destacamos a “iniciativa” tão logo foi anunciado o resultado final da eleição para presidente da república um *post* de uma candidata solicitando que os discentes gravassem e filmassem as salas de aulas e seus respectivos professores.

CONCLUSÕES

O que podemos depreender? a) O clima de animosidade, intolerância e incapacidade de viver entre diferentes que tomou conta do país, após o golpe de 2016, ou seja, como o debate político está eivado de radicalizações e atitudes rudes e impensadas em vários espaços, particularmente a esfera digital; b) A facilidade do uso dos meios digitais em propagar e possibilitar acesso a informações pessoais, a exemplo do salário da professora e transforma – lo em elementos de crítica e difamação, ou ainda encaminhar petição ao MPF com solicitação eivada de equívocos, a exemplo do pedido de exoneração imediata da professora, desconhecendo-se os tramites burocráticos e autonomia das universidades que permite o direito ao contraditório de ambas as partes; c) O viés “medieval” da forma como as redes digitais tem sido usada, seja na perseguição ou monitoramento do que se escreve, como se pensa, etc conforme destaca a representante sindical no ato em apoio a professora.; d) A proporção e escopo que os fatos tomam tendo

em vista alguns marcadores. Por um lado, em alguns casos, quando a professora, mulher, de esquerda, feminista, coordenadora de um laboratório ligado aos temas feministas, militante atuante que inclusive já teria se pronunciado sobre a Escola sem partido, e de outro um grupo de estudantes ligados a um movimento político, em alta, conservador; e) A “omissão”, subserviência ou anuência dos gestores da universidade ao MPF, quando concorda em acessar o instituto, local de trabalho da professora, com base nas denúncias realizadas. Sendo assim, a reflexão sobre estes fatos contém inquietações que sinalizam para a necessidade de problematizarmos questões que estão e vão além da dimensão pedagógica, na medida em que vem comprometendo o exercício do processo de produção do conhecimento, incluindo as práticas de aprendizagem em sala de aula, a exemplo e particularmente na área das Humanidades na UFOB para alguns, tendo em vista a sua natureza reflexiva e discursiva do fazer acadêmico, bem como a interface entre estes fatos e a vida no seu cotidiano já que comprometem a integridade física, mental e emocional de todos. A síntese deste processo sinaliza para o esgarçamento das relações que constituem o processo de produção do conhecimento, bem como para o aniquilamento da prerrogativa de constituição de uma universidade plural, diversa, etc enquanto



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

espaço de liberdade de expressão e
pensamentos.

Referências bibliográficas

AQUINO, Júlio Groppa. A violência escolar e a crise de autoridade docente. In: Caderno Cedes. N. 47. 1998

AKERMAN, M. Et al. “Bulindo” com a universidade: Um estudo sobre o trote na Medicina. 1a. Edição. Editora Rede Unida, Porto Alegre, 2014

BONINI, Luci Mendes et. all. Universidade, identidade e intolerância: um esboço para o debate sobre a violência no campus universitário. In: Revista Carta Capital. 10 de abril de 2015.

BRAGA, Uiracy de Sousa. Mendigos da contemporaneidade. In: Blog Nopassaron. 2018

COIMBRA, Cecilia. Em análise: Violência, Universidade e Sociedade. RJ. 2001.

CRUZ, I. M et al. Testemunho e boatos. In: Ensaio sobre epistemologia do testemunho [recurso eletrônico] / Felipe de Matos Müller; Kátia Martins Etcheverry (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

DI FELICE, M. et. all. Net – ativismo: redes digitais e novas práticas de participação. Papirus: SP: 2017

FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: Ditos e Escritos. IV – Estratégia, Poder-Saber. 1978

_____. Arqueologia do saber. S/ edit. 1969

GOULART, Maria Cristina Vianna et . all. Considerações sobre a violência na universidade. UFBA. 2013

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. A análise do discurso: conceitos e aplicações. In: Revista Alfa, São Paulo, 39: 13-21,1995

LUCKESI, Cipriano Carlos. Verificação ou Avaliação: O que pratica a escola? Série Idéias, Nº. 8 São Paulo: PDE, 1998.

LÜDKE, M.; **ANDRÉ**, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MISSE, M. Violência e teoria social. In: Revista Dilemas. Vol. 9. N.1 2016.

MINAYO, M. C. de S. e **SOUZA**, E. R. Violência e saúde como um campo de interdisciplinar de ação coletiva. História, Ciências e Saúde – Manguinhos, IV (3), pp. 513-531, fev. 1998.

OLIVEIRA, D. et al. Violência, conflitos e crimes nos Câmpus Universitários: Subsídios para a política de segurança da UFG. Relatório de pesquisa. Goiânia.2015.

PAIVA, V. Consente, quem cala. Entrevista. Jornal A Folha de São Paulo. 24.11. 2011

PAULA, G.“ Quando o jaleco não faz o médico”: autoridades discursam sob vaias na aula inaugural do curso de Medicina da UFOB. Extraído do site www.tvweb - Barreiras.

RIBEIRO, Djamila. O lugar de fala. Letramento: SP. 2018

RIFIOTIS, T. Nos campos da violência: diferença e positividade. In: LEVIS – Laboratório de estudos da violência. CFH – UFSC, 2006.

RODRIGUES, C. M. Representação apresentada pelo docente e disponibilizada na lista de email's docentes da UFOB. 2017

SANTANA, C. M. No fio da navalha na Univer-Cidade (UFOB – Barreiras): O fazer acadêmico entre armas, fardas, ameaças o cotidiano de docentes e discentes. Relato autoral enviado a Reitoria, Direção do CEHU e PROGRAF (Pró-reitoria de graduação e ações afirmativas) da UFOB. Fevereiro. 2017

_____. Rodrigues, C. E . “Hoje, Consente quem Cala / Ousa quem Fala: Diagnóstico reflexivo e ativismo como



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

caminhos de combate a violência no Oeste da Bahia. Projeto de pesquisa apresentado ao CEHU – UFOB - Cleildes Marques de Santana – Março – 2017

SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência. Cortez: 2000

SOREL, G. Reflexões sobre a violência. Martins Fontes. 1908 / 1993

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar et. all. Foucault e a parresía: Apontamentos para a construção de uma experiência ética em educação. In: Revista Sapere aude. BH. 2016

SHANNON, D. et all. Recusando esperar: Anarquismo e interseccionalidade. In: Blog Muito além do céu. 2013

SOUSA, Jessé de. A elite do atraso: Da escravidão a lava – jato. Editora Leya. 2018

SPIVAK, G. Pode o subalterno falar ? Editora UFMG, 1985.

SUÁREZ, Daniel H. A documentação narrativa de experiências pedagógicas como estratégias de pesquisa-ação-formação de docentes. Pág. 103 – 122. In: Narrativas de formação e saberes biográficos / PASSEGGI, Maria da Conceição (org.), Natal: EDUFRN, SP: Paulus, 2008.

USP – RP. Cartilha Violências de gênero na universidade. USP – RP. 2017

VASCONCELOS, Ruth. A violência *versus* insuficiência da palavra e precariedade da ordem simbólica. UFAL. S / d.

VELOSO, Francisco. A vítima tem sempre razão? Edt. Todavia: SP: 2018

VILELA, Rita Amélia T. Para uma sociologia crítica da educação em Adorno e Horkheimer: apontamentos. Pág. 75 – 100. In: Sociologia para educadores. 2. O debate da educação no século XX e as perspectivas atuais / Leila de A. Mafra et. al.(org.). RJ: Quarter, 2005.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. In: Tempo social. USP – SP; Maio de 1997

ZALUAR, Alba. O contexto social e institucional da violência Brasileira. In: RBCS. 2011

ZIZEK, S. Violência. Seis reflexões laterais. SP; Boitempo, 2014